

O SERTÃO DO SÃO FRANCISCO AO NORTE DE PAULO AFONSO

Um estudo sociológico.

Abdias Moura

da Universidade Federal de Pernambuco

"...Porque, quando a terra não girava...
Ora esta! Mas se sempre girou!
Não é verdade. O homem não sabia disso e, portanto, era
como se não girasse".

Pirandello (*)

"... O Brasil é o único Estado do planeta, cujo descobrimento
e, por consequência, formação territorial se prolongam desde
os primórdios de sua história até aos nossos dias".

Jaime Cortesão ()**

A dimensão espacial que torna possível a existência das sociedades humanas — tanto quanto as dimensões biológica e cultural — tem sempre o sentido de uma **herança**, isto é, de algo que uma geração recebeu da anterior e transmitiu, modificado, à geração seguinte, não devendo, assim, ser tratada pelo sociólogo como se fora uma realidade imutável e acabada.

Ao estudar, portanto, o sertão pernambucano do São Francisco, ao norte da cachoeira de Paulo Afonso, não o entendemos como um espaço físico de características geológicas, topográficas, climáticas e ecológicas definidas e estáveis. Partimos, para caracterizar a área, da idéia que sobre ela conseguiram formar os primeiros povoadores.

(*) — PIRANDELLO, Luigi — **O falecido Mattias Pascal** — "Abril Cultural", São Paulo, 1972 (fl. 13).

(**) — CORTESÃO, Jaime — **História do Brasil nos velhos mapas** — Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1975 (Tomo 1, Prefácio).

Assim, pouca relevância será dada, p. ex., às informações constantes dos modernos manuais de Geografia Física que descrevem a depressão do sub-médio São Francisco como uma bacia sedimentar, assentada, desde a Idade Mesozoica, sobre rochas basais cristalinas providas de eras ainda mais antigas (da época Pré-Cambriana) e que, de resto, cobrem uns 71 por cento do sub-solo do sertão pernambucano — o que não estava, em absoluto, na cogitação de tais beneficiários.

O marco temporal do nosso estudo, para a caracterização espacial, não se orientará por milênios, mas se fixarão no período a partir do qual existem registros humanos sobre a ocupação da área.

Poderá se objetar, naturalmente, que os registros iniciais de interesse geográfico, tendo sido feitos por religiosos ou aventureiros, estão geralmente contaminados de lendas e até mesmo de falsidades, transmitidos pelos mais antigos habitantes. Tais informações, porém, e não os estudos científicos posteriores, refletem a verdadeira concepção de que se dispunha, na época em que foram divulgadas, seja em livros, em mapas ou mesmo em correspondências escritas, hoje transformados em documentos históricos.

Do ponto de vista estritamente geográfico, importa-nos, sim, anotar as condições gerais da topografia do terreno, enquanto forma inclinada no sentido norte-sul, não por ter sido naturalmente percebido pelos ocupantes daquelas terras, mas pelo que isso orientou a direção dos dois cursos d'água que marcam, por assim dizer, os limites extremos da área em que se assenta a população objeto de nossos estudos ou sejam, os rios Pajeú e Moxotó, ambos originários da borda sul-oriental do Planalto da Borborema igualmente tributários do rio São Francisco.

Admite-se que esses dois rios, e os demais que lhes servem de afluentes, são cursos de água intermitentes desde tempos imemoriais, como decorrência dum regime de chuvas afetado por um complexo movimento de massas de ar instáveis — sendo, como é, aquela área mesopotâmica ponto terminal de um sistema de circulação atmosférica que inclui os deslocamentos de convergência inter-tropical providos da Amazônia, os ventos alíseos do Atlântico e frentes frias provenientes do Polo Sul. Todas essas massas de ar perdem a maior parte de sua umidade antes de alcançar aquele "quadrilátero árido do Vale", o que explica a pequena quantidade de chuvas registrada no local, abaixo mesmo da média sertaneja. (1) Esse teria sido um dos fatores de retardamento da ocupação humana estável da área.

(1) — A expressão entre aspas é de Mário Lacerda Melo — **Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba** — (Guia da excursão n.º 7, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia). Ed. do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1958. (p. 136, 154). De um modo geral porém, as informações geográficas contidas no presente capítulo tiveram por base principal a **Geografia do Brasil**, Vol. III, Série A, "Biblioteca Geográfica Brasileira" — IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1962 — **Grandes Regiões Meio — Norte e Nordeste**. Especificamente, foi utilizado o trabalho de Alfredo José Porto Domingos — **As superfícies de Aplainamento Sertanejas** — vol. II, p. 90/91. Também foram consultados alguns estudos preparados para o Departamento de Recursos Naturais da SUDENE, inclusive um trabalho de Luís A. Ferraté F., da OEA, para o "Projeto Jatobá", Recife, abril 1979. Outra referência a ser feita é a de um pequeno trabalho assinado por Gilberto Jacon, engenheiro hidrólogo, "Pluie et sécheresse", contido na publicação "Echanges Nordestins", elaborada pelo Curso de Letras da UFPE, n.º 1, 1979 (trata-se de uma publicação de 8 pgs., formato 22,5 x 30,5 cm).

Não é de todo desprezível a idéia de que o próprio regime de chuvas, e o conseqüente regime dos rios locais, podem ter sido afetados pelas formas históricas de ocupação. Inexistem, porém, evidências de que tenham sofrido modificações fundamentais que possam ser medidas em períodos de séculos.

Há, por exemplo, entre os especialistas em Geografia Física, os que admitem claramente haver sido o clima nas proximidades da cachoeira muito mais úmido do que hoje, a julgar pelos resultados da análise de certos boqueirões, em áreas modificadas pela erosão. Mas isto teria acontecido em outras eras, talvez no fim do Plioceno ou início do Pleistoceno.

Descrevendo a paisagem atual, alguns autores registram a formação de uma caatinga arbustiva dispersa e rala onde são maiores a temperatura e o grau de evaporação, e por outro lado uma caatinga arbórea densa, nos locais de temperatura mais baixa e evapotranspiração potencial mais reduzida, o que nos levaria a pensar que a vegetação da área é consequência do clima, e não o contrário. Há porém os que se referem à existência de "caatingas arbustivas degradadas pelo fogo", o que configura a ação do homem sobre a paisagem.

Poder-se-ia, talvez, aplicar à área sertaneja parte da informação que Harald Sioli, diretor da Divisão de Ecologia Tropical do Instituto Max Planck, da Alemanha Ocidental, oferece para explicar as consequências do extermínio de "enorme lago interno plioceno-pleistocênico que naquela época coloria toda a planície amazônica". Diz aquele cientista, que é consultor do Governo brasileiro para a Região Norte do país:

"Após o desaparecimento do lago, os solos que então se formaram e o material subjacente continuaram a ser lavados pelas grandes quantidades de chuvas do clima amazônico. O resultado são solos extremamente pobres e ácidos que quase não possuem reservas em nutrientes inorgânicos para o crescimento vegetal".

No caso da Amazônia, que é o objeto de seus estudos, isso pode ser compensado pelo revestimento vegetal, até que a derrubada e queima da mata original, em grandes extensões da antiga floresta nativa, põs a descoberto a "pobreza destes solos de terra firme com relação às substâncias nutritivas para o crescimento vegetal", o que foi agravado pela modificação do clima, que se torna seco e com menos precipitação de chuva nas áreas devastadas.

"Pois quando a floresta é extinta ali em extensões maiores, — acentua aquele cientista — o período de seca pode ser suficiente para, juntamente com a erosão seletiva da superfície desnudada do solo, que permite que o solo se torne arenoso superficialmente, perturbar a economia d'água a ponto de árvores florestais jovens não poderem ressurgir, em consequência o terreno é tomado pela vegetação de campo (savana), à semelhança do cerrado do Brasil Central". (2)

- (2) — SIOLI, Harald — **Problemas do Aproveitamento da Amazônia** — in "A Amazônia Brasileira em Foco", n.º 10 — Belém, julho 74/junho 75. Seriam espécies nativas do sertão do São Francisco, segundo Luís A. Ferraté F., em obra já citada: Angico, Aroeira, Babaçu, Baraúna, Cajueiro, Cana — fístula, Caroá, Catingueira, Faveleira, Faechier (sic), Feijões, Goiaba, Imbu, Juazeiro, Jurema Preta, Jurema Branca, Unha de Gato, Malva, Macambira, Mandacaru, Manicoba, Marmeleiro, Mulungu, Quebracho, Ouricuri, Quina-Quina, Pereiro, Pinhão Bravo, Xabiá, Ubura-na de Cambão e Xique-Xique. O autor acrescenta uma série de culturas vegetais introduzidas depois, tal como Agave, Algaroba, Algodão (Mocó e Herbáceo), Bananeira, Cana de Açúcar, Pastos (capim), Café, Coqueiro, Frijol (sic), Milho, Mandioca, Mamona, Manga, Melão, Laranja, Mamão, Sisal e Tomate, além da Jaca, que ele imagina nativa.

Se não se pode ter, pois, certeza de que a ocupação humana recente daquela área tenha infuído para alterar características "naturais", tais como a média anual das temperaturas, insolação e radiação solar e até mesmo retração de manchas de floresta acaso existentes em outras épocas, com o consequente aparecimento das caatingas, como então, datar o início dessas modificações introduzidas na natureza pela atividade predatória, ou de alguma forma modificadora do homem? Eis a questão que se apresenta ao estudioso.

No século da descoberta, e ainda na segunda metade do Século XVII, admitiam os europeus que o rio São Francisco tinha suas origens e numa grande lagoa interior, plena de ilhas em que havia ouro ou prata, talvez diamantes. Embora a posição geográfica dessa fantástica lagoa variasse enormemente, de cronista para cronista, de cartógrafo para cartógrafo, parece evidente que se imaginava ser ela contemporânea, e não alguma cousa que tivesse existido em um passado longínquo.

Pelo menos um documento histórico, escrito em língua espanhola, provavelmente datado dos começos da segunda metade do século XVI, situa tal lagoa "em latitudes iguais às do cabo de Santo Agostinho", do qual, diz o informante, não ficava a grande distância. Mas, acrescentava que o acesso aos tesouros era muito difícil, por ser aquela uma região pantanosa. (3)

Da mesma época, a carta do português André Homem (1559) apresenta um complexo de lagoas, interligadas por diversos cursos d'água. De uma delas, nos limites ocidentais do Brasil com a América Espanhola, nasceriam os rios Pará, da Prata e o São Francisco. Este, em seu curso, atravessava então um lago menor, mais ou menos à altura da atual barragem de Sobradinho, através do qual se comunicava com o rio Parnaíba.

E de 1561 é carta de Bartolomeu Velho, considerada por Cortesão "a mais notável de todas as cartas quinhentistas". Nela, igualmente, o rio São Francisco nasce de uma grande lagoa ("Eupana") e se reúne por um lago menor ao Parnaíba.

A primeira notícia impressa sobre a ligação do São Francisco com a célebre lagoa seria a do espanhol Lopes de Velasco, em sua "Geographia y descripcion de las Indias", editado em 1574, enquanto Gandavo, no Capítulo II da "História da Província de Santa Cruz", cerca de 1584, repete que o rio São Francisco "procede dun lago mui grande que está no íntimo da terra, onde afirmam que há muitas povoações, cujos moradores, segundo fama, possuem grandes haveres de ouro e pedraria".

A informação — diz no Capítulo XIV do livro — provém dos índios: "Principalmente é publica fama entre eles que há uma lagoa mui grande no interior da terra donde procede o rio de São Francisco (...) dentro da qual dizem haver algumas ilhas e nelas edificadas muitas povoações e outras ao redor dela mui grandes, onde também há muito ouro, e mais quantidade, segundo se afirma, que em nenhuma parte desta província".

O fato de que essa notícia fantástica continua a aparecer em obras como a dos jesuítas Antônio de Araújo, em 1625, e Simão de Vasconcelos, em 1663, como também na "História Nacional do Brasil" de Marcgrave (1648) ou na carta de Nicolas Salignon de 1650, demonstra que a região continuava mal conhecida e, portanto, desabitada pelos portugueses ainda no começo da segunda metade do século XVII. Não obstante, é sabido que o São Francisco já fora navegado pelos conquistadores, desde o século anterior.

(3) — Ver Jaime Cortesão, obra citada, pg. 35. Ao referir-se à natureza da região, esclarece o autor seiscentista, citado pelo historiador e cartógrafo português: "Esto pongo aqui para desengañar a los portugueses que quieren seguyr aquella via en demanda de otra noticia del Dorado, porque no pierdan su trabajo e aun sus vidas que será lo mas cierto queriendo seguir aquella derrota" (apud Blas Garay, *Coleccion de documentos reletivos a la Historia del America y particularmente a la Historia del Paraguay*, Assuncion, 1899, pgs. 326 e seguinte).

Em sua "História do Brasil", ultimada em 1627, Frei Vicente do Salvador afirma que pelo curso do rio podem navegar, a partir da boca da barra para cima, "quantos cavaleiros lá vão e, se querem, navegar por ele até vinte léguas, ainda que sejam de cinquenta toneladas de porte". E prossegue:

"No inverno não traz tanta água nem corre como no verão e no cabo das ditas vinte léguas faz uma cachoeira por onde a água se despenha e impede a navegação; porém daí diante se pode navegar, em barcos que lá se armarem, até um sumidouro, onde este rio vem dez ou doze léguas por baixo da terra. (*) E também é navegável daí para cima oitenta ou noventa léguas, podendo navegar barcos, ainda mui grandes, pela quietação com que corre o rio quase sem sentir-se, e os índios Amauripás navegam por ele em canoas".

"E gentio este que ainda não foi tratado e dizem que se ataviavam com algumas peças de ouro, pelo que Duarte de Albuquerque Coelho, senhor que foi de Pernambuco, tratou no reino desta conquista, mas nunca se fez, nem o rio se povoa até agora mais que de alguns currais de gado e roças de farinha ao longo do mar, sendo assim que é capaz de boas povoações, porque tem muito pau-brasil e terras para engenhos".

(4)

- (4) — Frei Vicente do Salvador, **História do Brasil (1500 - 1627)**, revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — 4a. edição. "Melhoramentos", São Paulo, 1954, p. 116. O Duarte de Albuquerque Coelho, citado por Frei Vicente do Salvador, torna-se segundo donatário da Capitania de Pernambuco, em linha direta de sucessão, pela morte de seu pai, Duarte Coelho, em 1554. Mas, como residia em Lisboa quem assumiu o Governo foi sua mãe, d.ª Brites de Albuquerque. A viúva do primeiro donatário nomeou chefe militar da "Nova Luzitânea" a um sobrinho de vinte anos, Jerônimo de Albuquerque (filho de seu irmão, de igual nome). O jovem comandante esteve durante cinco anos pelo interior da Capitania, combatendo os índios caetés, tanto na direção da Paraíba quanto do rio São Francisco. Duarte de Albuquerque Coelho somente chegou a Pernambuco em 1560, permanecendo até 1572, quando regressou a Lisboa, deixando mais uma vez Dona Brites à frente do governo. Cf. GAMA, José Bernardo Fernandes — **Memórias Históricas da Província de Pernambuco**, vol. I, tomo I, Recife, 1844 — Reedição fac-similar pelo Arquivo Público Estadual, Recife, 1977. (Ver também, PERETTI, João, **Primeiro Donatário de Pernambuco e Respetivos Governos**, in "Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano", vol. XXXIX — 1944). Sobre a exploração do rio diz Gama: "Muitas tentativas se tinham feito, desde os primeiros tempos da descoberta, a fim de reconhecer exatamente a origem do rio de S. Francisco, que diziam saía do famoso lago, onde estava situada a imaginária cidade de Manoach, espécie de El-Dourado, donde os indígenas, atribuíam vir ornamentos de ouro. Diversas expedições tinham sido empreendidas de todas as Capitânicas do Brasil, para descobrir esta pretendida cidade de Manoach; o mesmo Governo o tinha projetado. Duarte Coelho, primeiro donatário de Pernambuco, duas vezes foi a Lisboa, com esperanças de ser autorizado para realizar a conquista da Cidade imaginária, o que nunca conseguiu, porque a Corte lhe recusou os títulos, e, honras, que lhe pedia, como condição das suas pesquisas. Tentativas reais somente se fizeram debaixo do Governo de Brito de Almeida. João Coelho de Souza foi um dos aventureiros, que penetrou mais a vante, pelo interior do país, que banha o rio de S. Francisco, adiantando-se cem léguas além do sumidouro". Nes- te trecho, afirma Gama que, no período do domínio Holandês em Pernambuco, "Nassau subiu depois o rio em uma frocinha, e navegou quase cinquenta léguas para reconhecer o país. O aspecto de vastos prados, regados em mui diversas direções pelo grande rio, e onde inumeráveis rebanhos erravam livremente, e achavam excelentes pastos, o tomaram de admiração". O período de governo de Nassau se estendeu de 1637 até 1643.

(*) — Gandavo calculara em apenas uma légua o percurso do rio por "debaixo da terra", logo acima da "cachoeira mui grande".

Escrevendo trinta anos depois de Frei Vicente do Salvador, o padre Simão de Vasconcelos estima a distância da foz à cachoeira em quarenta léguas (264 quilômetros, considerando a légua de sesmária, com 6,6 km — o que se aproxima dos cálculos atuais). E afirma haver neste trecho, todo aberto à navegação, mais de trezentas ilhas.

A partir daí — prossegue o provincial da Ordem de Jesus, “se vê precipitar aquele mar de águas, de altura medonha, com tão grande estrondo, que atroa os montes, e ensurdece a gente”.

Deve ter sido esta a mesma impressão que a cachoeira de Paulo Afonso causaria, dois séculos depois, ao poeta Castro Alves, que, impressionado com o espetáculo, escreveu o poema gongórico que daria o título a um dos seus livros.

Da cachoeira — “que é de pedra viva”, conforme registrou Simão de Vasconcelos — “para o sertão, se podem também navegar as águas deste rio, se lá se fizerem acomodadas embarcações, até chegar ao sumidouro, que dista como noventa léguas acima”. (5) As 90 léguas referidas pelo jesuíta, cerca de 594 quilômetros, corresponderiam ao trecho do rio entre Paulo Afonso e a cidade de Santo Sé, recentemente inundada pelas águas da represa de Sobradinho.

Quanto ao “sumidouro”, tratava-se, segundo ele, de “uma notável invenção com que saiu a natureza, porque vai sorvendo todo este rio com suas grandes águas pelas cavernas de uma furna medonha subterrânea, aonde se escondem de maneira, que não se vê mais rasto delas, se não quando, depois de passadas doze léguas, é vista tornar a rebrantar com o mesmo brio, a poder de águas”. Mas, “do sumidouro para cima é da mesma maneira navegável, fazendo-se lá embarcações: e com efeito fazem os índios ali moradores suas costumadas canoas, de que se servem para nelas passar, a pescar”.

(5) — VASCONCELOS, Pe. Simão de — **Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos n'esta parte do Novo Mundo**. 2a. ed. correta e augmentada. Casa Editora de A. V. Fernandes Lopes — Lisboa, 1865. (A primeira edição é de 1663). Compare-se a informação impressionista do padre seiscentista com esta descrição de uma geógrafa moderna: “Como todo rio sertanejo, o São Francisco, ao entrar no domínio dos terrenos arenosos apresenta modificações no seu leito. (...) Na região sedimentar o grande rio apresenta uma série de meandros, enquanto o seu curso quase retilíneo nas áreas vizinhas. Próximo a Petrolândia o rio se encaixou apresentando um profundo **canyon** adaptado, em certos lugares, às linhas estruturais que cortam o complexo cristalino. Indica esse acidente forte retomada de erosão, ficando os pequenos riachos afluentes suspensos em relação ao grande rio. Esta retomada de erosão deu origem à importante cachoeira de Paulo Afonso, aproveitada para a produção de energia”. Diz em seguida a geógrafa que “em seu percurso o São Francisco forma, entre outras, as cinco importantes cachoeiras: Pirapora, Sobradinho, Jenipapo, Itaparica e Paulo Afonso”. E acrescenta: “As cachoeiras interrompem a navegação do rio, daí possuir o São Francisco somente alguns trechos navegáveis dos quais 1.370 quilômetros entre Pirapora e Juazeiro, 120 quilômetros de Juazeiro a Boa Vista e pouco mais de 200 quilômetros de Piranhas à sua embocadura no oceano Atlântico”. (Elvia Roque Steffan, Hidrografia, in “Geografia do Brasil”, cap. II, citada).

Esse, o nível de conhecimento sobre o grande rio, ainda na segunda metade do século XVII. Seja como for, se excluirmos as descrições fantasiosas e legendárias sobre a cachoeira e as nascentes, pouco restará a dizer sobre o São Francisco, no século da descoberta e mesmo na maior parte do seguinte.

No tomo II de suas "Memórias Históricas", publicado em 1844, Gama repete que "pequenas barcas podem remontar o rio de S. Francisco, por espaço de vinte léguas até a sua primeira catarata, sobre a qual somente as canoas se arriscam, e remontam oitenta léguas mais longe até o impropriamente chamado sumidouro, onde as águas surgem, depois de terem atravessado um canal subterrâneo, de dez ou doze léguas. Desde outubro até janeiro as águas do rio de S. Francisco sobem, engrossam, e cobrem as terras vizinhas, o que, ao mesmo tempo que as fertiliza, torna igualmente epidêmicos aqueles lugares".

Acrescenta, porém, o memorialista histórico: "Este rio abunda de peixes, e as suas margens são fertilíssimas. Os indígenas, convidados por esta duplicada vantagem, viviam em contínuas guerras, pela posse dessa parte do Brasil".

Modernamente, os que acreditam na existência da lagoa descrita pelos indígenas, situam-na em épocas bem anteriores à da descoberta.

Um dos defensores dessa idéia, o austríaco Ludwig Schenhagem, que no Brasil também se assinava Ludovico e se intitulava professor de Filosofia e História, informa que o geógrafo sergipano General Ivo do Prado apresentou ao Congresso Geográfico de Belo Horizonte, em 1919, uma longa memória comprovando "que essa lagoa se estendeu, desde a cachoeira de Paulo Afonso até Remanso, com uma largura média de 200 quilômetros".

E recentemente, num Relatório Técnico elaborado por brasileiros e norteamericanos (1970) para o conhecido "Bureau of Reclamation" dos EEUU, fala-se numa acomodação da crosta da Terra ao longo do Vale do São Francisco, em época "relativamente recente", forçando o assoreamento de lagos (no plural) de até 60 metros de profundidade, o que é comparado com o ajustamento responsável pelo aparecimento das áreas do Mar Morto e do Vale do Rif, na África. (6)

De sua parte, admite o Professor Ludwig sobre a Grande Lagoa "que esta não era um mar interno, como o Mar Negro ou Mar Cáspio. Era uma vasta região com pântanos e lagos, que enchiam no inverno, inundando tudo. Mas nessa região existem dúzias de serras com alturas de até 300 metros acima do nível do mar. Tais serras formaram as amplas ilhas, dentro da lagoa, e foi onde acharam, na opinião dos indígenas, os grandes depósitos de prata e pedras preciosas".

(6) — Superintendência do Vale do São Francisco — **Reconhecimento dos Recursos Hidráulicos e de Solos da Bacia do Rio São Francisco**, vol. 1 — Elaborado pelo BUREAU OF RECLAMATION, com a participação da SUDENE, SUVALE, CHESF e USAID — Recife, 1970 (mimeografado). Pgs. 25/27. "Antes que o atual rio São Francisco existisse — diz o Relatório — a área de seus afluentes superiores era drenada por cursos d'água, tributários do rio Tocantins". E mais adiante: "A crosta da Terra, na área do Vale do São Francisco, começou a rachar e a se acomodar, o que constitui um ajustamento igual ao aparecimento das áreas do Mar Morto e do Vale do Rif, na África". (...) "A acomodação da crosta ao longo do Vale do São Francisco constitui um evento relativamente recente. A acomodação forçou as águas que drenavam para o rio Tocantins a se encaminharem para a nova depressão aí, as águas se acumularam com a aluvião que e as mesmas transportavam. Têm sido encontrados no vale depósitos aluviais com uma profundidade de 60 metros. Assim, o vale foi sendo em parte levantado e o aluvião poderia ter se depositado nos lagos e nas planícies inundáveis dos cursos d'água".

A Grande Lagoa teria secado, a partir do momento em que recebeu, pela cachoeira, "uma saída permanente, de maneira que a maior parte dos pântanos e lagos que formavam a Upá Açu secou, e ficou somente o leito do São Francisco". (*)

Não se recusando a unir fatos comprovados a algumas interpretações de difícil comprovação, o português Jaime Cortesão adianta que ao divulgar a idéia de que de uma ou algumas lagoas interiores nasciam os grandes rios sulamericanos — inclusive o Amazonas e o Prata — os portugueses estariam, na realidade, formulando o propósito de Brasil, a ser cumprido durante os séculos futuros, com a conformação afinal adotada para o país, cujos limites se estenderam para muito além do que previa o Tratado de Tordesilhas. Contudo, não apenas os mapas portugueses dos séculos XVI e XVII, mas também os flamengos, franceses, italianos, alemães, passaram a repetir, com uma ou outra inovação, o traçado pioneiramente feito por André Homem, que deu forma cartográfica ao mito medieval, em seu atlas de 1559 — interpretando à sua maneira as informações colhidas entre os indígenas.

Quando, pois, os antigos habitantes do Brasil falavam de rios muito largos nascidos numa grande lagoa interior — a "Upá Açu" na língua tupi-guarani — os europeus ora representavam esses cursos d'água como sendo o Amazonas e o Prata (como fez João Afonso, em suas "Voyages Aventureux", cerca de 1527, e depois na "Cosmographie, que é de 1544); ora como o Amazonas e o Paraguai, tal como o fizeram Fernando de Ribera e Antônio Rodrigues, que subiram por este último em busca da lagoa, no ano de 1543; e ora indicavam serem os dois grandes rios o da Prata, ao sul, e o São Francisco, ao norte, como se refere uma descrição anônima datada dos começos da segunda metade do século XVI e publicada por Blas de Garay na "Revista del Instituto del Paraguay".

Jaime Cortesão registra, finalmente, que dois ilustres historiadores, o paraguaio Manoel Domingues e o argentino Enrique de Gandia, numa série de trabalhos, "mostraram à evidência que as lendas do Lago Dourado, das Amazonas e da Casa do Sol, correspondem a realidades históricas e fatos da civilização incaica, transmitidos e deformados pelos índios, que os não conheciam perfeitamente, e pelos conquistadores es-

(*) — Geralmente, nos meios universitários, os estudos desse autor não são levados a sério. Ainda recentemente, foi ele descrito como o "pitoresco Ludwig Schenhamer austríaco semi-louco, autor de incrível tratado sobre as viagens dos fenícios ao Brasil", etc. (Gabriela Martin, in "Clio", Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco — n.º 1, 1977). Por sinal, o escritor austríaco não se referiu apenas à presença de fenícios no Nordeste do Brasil, antes da descoberta oficial do país. Crê ele que foi realizada na Cachoeira de Paulo Afonso "uma obra grandiosa de antigos engenheiros, do sistema de Kartum do Egito, pelo qual foram derivadas as águas das vastas lagoas da Núbia, com o fim de formarem o majestoso rio Nilo e transformarem os pântanos da Núbia em boa terra de agricultura. O Kartum brasileiro é constituído por cinco canais simétricos, que despejam suas águas separadamente na mesma cavidade larga, quadrangular, de 50 metros de profundidade cortada na pedra viva". Isso teria acontecido próximo "ao ano 600 a C., quando começou o trabalho do **Kartum brasileiro**, na grande cachoeira, isto é, 2.400 anos antes de que andasse ali o suposto descobridor Paulo Afonso". Schwenhagem não indica, geralmente, as fontes de suas informações.

panhões, que os adaptaram à sua cultura de Europeus e às suas preocupações de guerreiros e homens de presa". (7)

É certo que estudiosos da nossa História — Capistrano de Abreu, Taunay, Fernando Gama, Pereira da Costa, Loreto Couto, Mário Melo, Pedro Calmon, Barbosa Lima Sobrinho, Donald Pierson, Costa Porto — citam vários documentos antiquíssimos, referentes à penetração no sertão pernambucano do São Francisco. Considere-se, porém, esses dois fatos: primeiro, a utilização da palavra "sertão", que ainda no século passado era empregada para designar o interior do país (segundo Gama, todas as terras situadas além da ribeira do rio Ipojuca, duas léguas ao sul de Caruaru, na direção do poente). Ademais, sendo o São Francisco definido originalmente como limite da Capitania de Pernambuco, esta compreendia, até 1824, todo o oeste da Bahia à margem esquerda do grande rio, e uma parte de Minas Gerais.

-
- (7) — MANOEL DOMINGUES, "El alma de la raza", e ENRIQUE DE GANDIA, "História crítica de los mitos de la conquista americana", Madri, 1909. Ap — Jaime Cortesão, obra citada, pg. 356. O estudo dos mitos fundamentais de um país é sempre fascinante. Entre os sociólogos há, porém, um certo preconceito positivista que impede a análise dos mitos geográficos, entre os quais se inclui o da ilha Brasil, que Capistrano de Abreu identifica a partir do atlas dos Médicis, que diz ser de 1351, mas os estudos de André L'Hoist fazem recuar para 1331. Pedro Calmon faz remontar o aparecimento do registro cartográfico da ilha a 1325, no mapa de Antelino de Dalorto. Já Robert Southey, apoiado em Hervas, afirma que a ilha Brasil aparece pela primeira vez na carta de André Branco, de 1439 (atualmente na biblioteca de São Marcos, em Veneza). O fato — diz Ariano Suassuna, em sua tese de concurso para a disciplina História da Cultura Brasileira, na UFPE (1976), é que reconhecer o mito não atenta contra a dignidade da razão. Ao chegarem ao Brasil, segundo ele, "os Portugueses tinham tanta certeza de que se tratava de uma ilha, que Caminha calcula sua costa em cerca de 20 ou 25 léguas". E acentua: "Ora, para ser agradável ao Rei, seria muito melhor que se tratasse de um Continente. Mas acontece que, na medida em que as navegações iam caminhando a Ilha Brasil teria que caminhar para mais além. Não podia ser mais nenhuma das Canárias ou dos Açores: deveria ser esta, que agora encontravam. E na Ilha de Vera Cruz — tentativa de inserir a Ilha Brasil neste galho do judaísmo que é o Cristianismo — fundiam-se dois mitos fundamentais: o da Ilha vegetal, paradisíaca e edêmica, e o do Eldorado, o do Sertão cheio de ouro, prata e pedras preciosas". Sobre o assunto, além das obras citadas, ver, também, *Nueva Geografia Marín* "Editorial Marín S. A." — Barcelona 1966-19568, vol. 6 ("America y las Zonas Polares"); Francisco Esteve Barba — *História de la Cultura*, Tomo III, pgs. 964/965 — "Salvat Editores", S.A. — Barcelona, 1ª ed. 1955; e Damião Peres — *A history of the portuguese discoveries*, Ed. Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960. A informação de Pedro Calmon é referida por Gabriela Martin, in "Clio" — Revista do Mestrado de História da UFPE, n.º 1, 1977. A obra de Robert Southey, citada, é a *História do Brasil*, quinta edição brasileira, traduzida do inglês pelo dr. Luís Joaquim de Oliveira e Castro. Vol. 1, "Edições Melhoramento", S.P., pg. 57. A citação de André L'Hoist ("L'origine du nom Brésil", trabalho apresentado no Congresso do Mundo Português, Publicações, III, vol. tomo I. Secção de Congressos, 1940, pgs. 401-426), é de Wilson Martins, no vol. I de sua *História da Inteligência Brasileira*, sendo igualmente referida por Jaime Cortesão, no vol. citado. A referência de Capistrano de Abreu encontra-se em sua anotação à *História do Brasil* de Varnhagem, edição comentada por Capistrano de Abreu e Rodolpho Garcia, concluída em 1936 — Companhia Melhoramentos, S.P., tomo I, pg. 11. "Notas

Mesmo as informações concretas, conduzindo às proximidades da área objeto de nosso estudo pouco ou nada nos dizem sobre a Geografia do lugar. Entre elas, destacamos as de Frei Martin de Nantes, missionário capuchinho, que entre 1672 e 1683, tendo saído de Salvador, por diversas vezes atravessou o rio "no trecho das Corredeiras logo abaixo das ilhas de Pambu e Uacapara (Aracapá), e daí através de Pernambuco, seguiu para o Ceará e o Piauí"; ou as notícias sobre as lutas dos vaqueiros da Casa da Torre com os índios, mas já no fim do século e começos do XVIII (de 1669 a 1702) "ao longo do tributário Pajeu, assim como no próprio São Francisco". (8)

São resumidas e pouco precisas as informações sobre a área sertaneja do São Francisco, no lado pernambucano, até quase nossos dias.

Bem entendido, há exagero na observação de Estêvão Pinto, de que "por volta de 1800, (...) não se penetrava em Pernambuco além do meridiano W. 35 (Greenwich)".

Já nos fins do século XVII exploradores dos sertões trouxeram ao Recife amostras de nitrato de potássio (salitre) que diziam haver em abundância, em certo trecho pernambucano, poucas léguas a norte da cachoeira de Paulo Afonso.

Ora: tratava-se sem dúvida de material importantíssimo, na época, pela sua utilização na fabricação de pólvora, tanto que o Governo de Lisboa mandou que fosse ao local o engenheiro João Rodrigues, a fim de examinar o que hoje se chamaria a "viabilidade econômica" das nitreiras.

Tendo o especialista português confirmado a importância do achado, em 1700, a Coroa mandou explorar a mina nomeando para isso um administrador (o coronel Leonel de Abreu) e um superintendente da exploração (capitão Moraes Sarmento), que se encarregaram de organizar um corpo de exploradores, constituídos por oitenta casais de índios.

Luís Gama, ao dar essas informações, acrescenta que "determinou El-Rei, por Carta Régia de 2 de dezembro do mesmo ano, que se situasse em Buíque (sertão) uma Fazenda de gados, soltando-se nela 50 vacas, tomadas aos contratadores dos Dízimos, e quatro éguas, compradas pela Fazenda Real, a fim de se tirarem da produção desta Fazenda os animais necessários para os trabalhos das minas, e o sustento de oitenta casais de índios, que se destinaram a este serviço".

No que Estêvão Pinto tinha razão é sobre a quase impossibilidade prática de se atingir a área sertaneja, segundo a linha que acompanha o paralelo geográfico do Recife.

De fato, o acesso por terra a partir do Recife era tão difícil, até as décadas finais do século XIX, que Rio Branco não vacilou em sugerir ao Presidente desta Província: para debelar agitações populares na região de Triunfo, no movimento dos Quebra-Quilos, seu Chefe de Polícia utilizasse soldados sediados em Alagoas, subindo pelo rio São Francisco até as proximidades de Tacaratu, para daí caminhar na direção

da Secção I" (3a. ed. integral) e está incluída na tese de Ariano Suassuna, "A Onça Castanha e a Ilha Brasil", que tem como sub-título: "Uma reflexão sobre a cultura brasileira". Infelizmente, o setor gráfico da Universidade Federal de Pernambuco não edita, senão excepcionalmente, as teses que lhe são submetidas, tendo o trabalho de Ariano Suassuna ficado restrito a um pequeno número de exemplares, de que somente tive conhecimento por haver sido um dos examinadores do seu curso.

(8) — PIERSON, Donald — **O homem no Vale do São Francisco**, vol. I. (fls. 256 e 285).

de Buíque, ainda que para isso tivesse de requisitar ao Presidente da Bahia um vapor da Companhia Bahiana de Navegação. (9)

Ainda em 1844, Fernando Gama estimava a extensão do Pajeú ("73 léguas") em relatos de viajantes. E certamente se apoiava nas mesmas fontes, para dizer que esse rio, sendo "caudaloso no inverno, pelo verão seca em muitas partes, ficando o leito cheio de poços aqui, e ali" e que nele havia abundância de lontras, "cujas peles são preciosas", e que "suas margens são povoadas por garças brancas, e cinzentas, putrionas (sic), jaburus, e mais outras aves aquáticas".

Gama esclarece que, ao alcançar a freguesia de Serra Talhada, o rio Pajeú "muda de direção obliquando para o S., e, alargando mais seu leito com outros afluentes, vai desaguar caudaloso no rio de S. Francisco, pouco adiante da Fazenda da Barra, 24 léguas acima da Cachoeira de Paulo Afonso, e não 8, como, por informações inexatas, se afirma na *Corographia Brasílica*".

Diz também Gama que quando este rio enche, "o Surubim, peixe grande e saboríssimo do rio de S. Francisco, recebendo a nova água, sobe por ela, e vem servir de alimento mui grato aos moradores da Ribeira de Pajeú".

(9) — A carta do Barão de Rio Branco é citada por Armando Souto Maior, no seu livro **O Quebra-Quilos — Lutas Sociais no Outono do Império** — "Companhia Editora Nacional/MEC," São Paulo, 1978. A citação de Estêvão Pinto está contida em sua **História de uma Estrada-de-Ferro do Nordeste**, "Livraria José Olympio Editora" — Rio/SP, 1949. Este último autor acrescenta que foi em torno de 1817 "que se abriu a primeira estrada regular no Nordeste, a do bispo Azevedo Coutinho, em direção ao rio São Francisco, para a condução de gado e de outros víveres".